

A QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA E O DEBATE PARADIGMÁTICO

LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL *PONTAL DO PARANAPANEMA* Y EL DEBATE PARADIGMÁTICO

Munir Jorge Felício

Doutor em Geografia

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA/UNESP e Núcleo de Estudos do Meio Ambiente, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento Regional – ECO/UNOESTE

munir@unoeste.br

Resumo

A complexidade da questão agrária analisada a partir da Região do Pontal do Paranapanema está marcada pelo enfrentamento entre o capital e o campesinato visando a submissão do território, de um lado e pelo debate paradigmático visando o controle e o domínio político das interpretações e dos significados, de outro. A luta pela terra e a luta pelo conhecimento estão imbricadas. O embate no campo contribui e interfere nas disputas no “campus”. A troca do “campus” universitário pelo território camponês pode, na medida do possível, diminuir a distância entre teoria e prática e, com isso propiciar também a comparação entre as diversas concepções, conceitos, correntes teóricas e visão de mundo. O debate paradigmático entre dois paradigmas: o da questão agrária que defende o protagonismo propositivo do campesinato e o seu necessário embate com o capital, pois ambos ocupam o território com lógicas distintas. E, o do capitalismo agrário que defende a dependência e a submissão ao capital como única perspectiva, defendendo a hipótese da metamorfose do camponês em agricultor familiar. Basta ao campesinato lutar ao lado do capital se tecnificando e se integrando no processo produtivo, pois não há antagonismo entre capital e campesinato.

Palavras-chave: Campesinato. Capital. Debate paradigmático. Pontal do Paranapanema. Questão agrária.

Resumen

La complejidad de la cuestión agraria analizada a partir de la Región del *Pontal do Paranapanema* está marcada por el enfrentamiento entre el capital y el campesinado mirando a la sumisión del territorio, de un lado y por el debate paradigmático mirando el control y el dominio político de las interpretaciones y de los significados, de otro. La lucha por la tierra y la lucha por el conocimiento están imbricadas. El embate en el campo contribuye e interfiere en las disputas en el “campus”. El cambio del “campus” universitario por el territorio campesino puede, en la medida del posible, disminuir la distancia entre teoría y práctica y, con eso propiciar también la comparación entre las diversas concepciones, conceptos, líneas teóricas y visión del mundo. El debate

paradigmático entre dos paradigmas: el de la cuestión agraria que defiende el protagonismo propositivo del campesinado y su necesario embate con el capital, pues ambos ocupan el territorio con lógicas distintas. Y, del capitalismo agrario que defiende la dependencia y la sumisión al capital como única perspectiva, defendiendo la hipótesis de la metamorfosis del campesino en agricultor familiar. Basta al campesinado luchar al lado del capital tecnicándose e integrándose en el proceso productivo, pues no hay antagonismo entre capital y campesinado.

Palabras-llave: Campesinado. Capital. Debate paradigmático. *Pontal do Paranapanema*. Cuestión agraria.

Introdução

A luta do campesinato faz parte da história da ocupação do Pontal do Paranapanema, uma área do território paulista, situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, marcada por intenso processo de grilagem de terras, de destruição, devastação e morte. A questão agrária nesta região está marcada pela disputa das terras e dos significados. Das terras, pelo enfrentamento entre o capital e o campesinato para obter o controle e o domínio do território. Dos significados, pelo debate paradigmático entre os estudos feitos na tentativa de compreender a ocupação e o seu desenvolvimento por diferentes abordagens e perspectivas.

Este texto compõe o capítulo VII na tese de doutorado defendida em junho de 2011 (FELICIO, 2011). Neste capítulo foram reunidos quatro estudos feitos sobre o Pontal do Paranapanema como forma de ampliar a compreensão da complexidade da questão agrária, promovendo um debate paradigmático entre as análises e interpretações produzidas por Silveira (1990) e Paulino (1997) e as análises e interpretações produzidas por Antônio (1990) e Hespanhol (2000).

As análises construídas por Silveira (1990) e Paulino (1997) estão entre aquelas que utilizam as características, os componentes e as proposições do paradigma da questão agrária. São análises construídas com os recursos do método do materialismo histórico dialético e, por isso, enfatizam os diferentes tipos de fim e de recriação do campesinato ao enaltecer o protagonismo propositivo do camponês, pois, os problemas criados para o campesinato dentro do capitalismo não têm solução. Trata-se de uma questão estrutural cujo limite é a superação do próprio sistema capitalista. Silveira (1990) e Paulino (1997) construíram significados para explicar, por meio da luta de

classes, a ocupação da região e, por conseguinte, os territórios teóricos e políticos estão nitidamente demarcados pelo enfrentamento das classes. O embate entre o campesinato e o capital produziu questões teóricas, políticas e históricas quanto à formação dos agricultores, da apropriação da terra e dos modelos de desenvolvimento agrário, como serão vistos mais adiante.

As análises construídas por Antônio (1990) e Hespanhol (2000) estão entre aquelas que utilizam as características, os componentes e as proposições do paradigma do capitalismo agrário. São análises construídas para enaltecer a enorme produtividade advinda da incorporação tecnológica, sendo esse, um dos marcos que separa o camponês do agricultor familiar. Para essas análises a perspectiva do campesinato está na dependência e na integração no mercado, pois a incompatibilidade entre o campesinato e o capital exige a metamorfose do camponês em agricultor familiar. Antônio (1990) e Hespanhol (2000) construíram conteúdos para explicar que a ocupação da região resultou numa estrutura fundiária profundamente desigual e altamente concentrada por estar sob a égide das leis capitalistas. As estratégias do campesinato foram importantes como forma de adaptá-los promovendo sua integração como mero coadjuvante, integrado e subalterno.

Eis a importância da imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudar a complexidade da questão agrária, pois, diante do confronto interpretativo, com as análises sobre a mesma região, em que pese a compreensão histórica dos acontecimentos, emergem significações distintas, advindas das opções teóricas que os pesquisadores fazem, como forma de tentarem entender os acontecimentos e os seus desdobramentos. À medida que o debate paradigmático se desenvolve, provoca ampliação nos horizontes de pesquisas, com riqueza de detalhes que pode alterar o conteúdo dos conceitos ou, então, criar novos significados para conceitos antigos, como veremos na análise dos quatro estudos a seguir.

Dois estudos sobre o Pontal do Paranapanema na perspectiva do paradigma da questão agrária: Fátima Rotundo Silveira e Eliane Tomiasi Paulino.

Silveira (1990) ao estudar a região do Pontal do Paranapanema constatou o desenvolvimento da luta de classes provocada pelo avanço do capital na agricultura, como forma de obter o controle e o domínio do território, num intenso processo de

formação dos agricultores. Ela analisou os processos que estabelecem a articulação da produção camponesa com o capital no período histórico de 1940 a 1985, avaliando o papel que o campesinato desempenha dentro do processo de ocupação capitalista. Entende o campesinato como classe social composto por uma gama muito grande de tipos de agricultores que vai desde aquele integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção, ao posseiro que planta para ter o que comer. “Em função de suas peculiaridades bem como da importância de sua posição na estrutura agrária, constituiu-se o principal responsável pela produção de grande parte dos produtos agrícolas (SILVEIRA, 1990, p. 1).

No primeiro capítulo, Silveira (1990) revisita teóricos como Shanin (1980); Marx e Engels (1979); Marx (1981); Kautsky (1980); Martins (1983, 1988) e Oliveira (1986) pela importância de suas contribuições sobre o camponês e sua produção. Ressalta que “não podemos pensar em produção camponesa como uma forma de produzir divorciada do mercado, [...]” (p. 16), e, porque a produção camponesa se desenvolve com a força do trabalho familiar, essa forma específica de produzir não compõe as relações de produção especificamente capitalistas. Assim, “o camponês se desenvolve no modo de produção emergente na medida em que, contraditoriamente, participa do processo de acumulação capitalista” (p. 14). Por conseguinte, o desenvolvimento do capital cria e recria o trabalho familiar camponês apropriando-se da sua produção. É a expansão do capital impulsionado também por relações não-capitalistas como entende Luxemburg (1985).

No segundo capítulo, o trabalho procura demonstrar que o campesinato se desenvolve como classe subordinada e para isso, utiliza as contribuições de Martins (1973, 1979, 1983). Consolidando a estrutura agrária brasileira demonstra a coexistência interligada das grandes propriedades com exploração agrícola exportadora e a pequena produção de subsistência. Essa configuração espacial possui os elementos necessários com os quais fazer emergir as compreensões sobre as dinâmicas entre o trabalho assalariado e o trabalho familiar. Entre os conflitos agrários ressalta aqueles que, historicamente, foram travados entre latifundiários grileiros e os sem terra. Todavia, entendemos de maneira distinta ao de Silveira (1990, p. 27), pois, a intervenção do Estado diante desses conflitos se deve à aliança que o Estado brasileiro fez com a burguesia agrária (Faoro, 2005; Martins, 1999), para a sustentação entre o

capital e a propriedade da terra e não por que “em algumas ocasiões (tais conflitos) chegam a colocar em cheque a estrutura fundiária existente”.

No terceiro capítulo, Silveira (1990) estuda o campesinato e a formação econômica da Região de Presidente Prudente consultando os estudos de Giovannetti (1943); Teixeira & Sposito (1979); Cobra (1923); Monbeig (1984); Sallum Jr. (1982); Penço (1975); Leite (1984) e Abreu (1972). Essa região desde o início de sua ocupação em 1850 “se caracterizou por uma grande concentração fundiária que deu origem a grandes latifúndios e a uma grande parcela de camponeses que ocupam uma pequena porção de suas terras” (SILVEIRA, 1990, p. 30). Na história da exploração capitalista nessa região as primeiras vítimas foram os povos indígenas como os Tupiniquim, Xavante e Caiuás (Monbeig, 1984), que secularmente ocupavam as terras. O movimento da “frente de expansão” do território capitalista deixou rasto de muita violência e morte, pois, “a posse da terra fazia-se à custa de muita luta e morte [...], não havia nenhuma mediação do governo entre os povoadores e os índios para minimizar os conflitos” (p. 38). Tem início o processo que ficou conhecido como grilagem das terras quando surgiram os interessados que, falsificavam os “títulos e após registrá-los em cartório, tomavam posse do imóvel, embora não tivessem a intenção de ocupar e explorar as terras, mas apenas queriam especular com elas” (p. 41).

Salienta-se que em todas as fases da ocupação do território pelo capital os camponeses proporcionaram aos capitalistas proprietários de terra “a possibilidade histórica de não dispêndio de capital para o acesso à terra, formação dos cafezais e agora na formação das pastagens” (SILVEIRA, 1990, p. 119). Assim, o campesinato nesta região vem se formando com os agricultores camponeses e ou familiares como agentes históricos para o não dispêndio de capital, como produtores de matéria prima para as indústrias e como reserva de mão de obra. Eles “estão subordinados a outros setores, pois produzem matéria prima para as indústrias e cooperativas, alimentando este setor e funcionando também como reserva potencial de mão de obra” (p. 119). A produção agropecuária da região entre 1940-1985 era composta pelo desenvolvimento de culturas como algodão, amendoim, feijão, milho, café e da criação de gado de corte, já que “a produção leiteira não é expressiva na área, porque a preferência é para o gado de corte” (p. 104). Em outras palavras, a produção camponesa na região visava abastecer o mercado local, bem como produzir matéria prima para a indústria.

Predomina o uso de pouca tecnologia. 24% das propriedades pesquisadas não possuem nem tração animal. Portanto o camponês se liga ao mercado vendendo seus produtos e sua própria força de trabalho.

No quarto e último capítulo, Silveira (1990) analisa a produção camponesa e o desenvolvimento da agricultura na região mostrando a metodologia que utilizou para a coleta das informações. Nas entrevistas com os camponeses considerou inicialmente as informações pessoais. Em seguida detectou os diferentes tipos de relações de produção baseadas no trabalho familiar e, finalmente, de que forma se destinava a produção camponesa. Verificou que nas unidades de produção camponesa o trabalho familiar predomina nos estabelecimentos até 100 hectares. Nessas unidades de produção os elementos básicos são constituídos pela terra, pela força de trabalho e pelos meios de produção.

Eis algumas características do campesinato em desenvolvimento: o tipo de moradia de camponeses de ascendência européia e asiática tem pomar, horta e criação de animais domésticos e que as disposições internas dessas habitações são diferentes das encontradas nas cidades. O horário de trabalho é flexível em função das atividades agrícolas. Como identidade camponesa elencou as seguintes características: os camponeses na maioria são casados, são os varões os centros das decisões, é comum residir nas propriedades com os pais. As famílias são numerosas tendo em média de 3 a 7 filhos. 94% dos entrevistados vivem da renda extraída da agricultura e a maioria desses são proprietários. O assalariamento ocorre em determinadas etapas do processo produtivo. Constatou uma multiplicidade de tipos de produção, pois, “existe na área desde o camponês posseiro, produtor de subsistência, até o camponês inteiramente engajado no mercado e que consegue acumular” (SILVEIRA, 1990, p. 141).

A presença maciça de mão de obra familiar camponesa com um grande número de posseiros nos municípios de Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio e nas pequenas propriedades nos municípios: Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Caiabú. Constata a existência de pequenas cooperativas, “muitas surgiram recentemente, refletindo a necessidade de os produtores de não ficarem a mercê das oscilações de mercado para venderem os seus produtos e, com isto, nas mãos dos compradores” (SILVEIRA, 1990, p. 211).

O trabalho de Silveira (1990) explica o processo histórico da formação do campesinato numa região onde predomina as disputas por terra. São embates históricos

efetuados em três etapas: a ocupação da fronteira agrícola, a implantação dos cafezais e o desenvolvimento das pastagens para a criação do gado. Esses confrontos são fomentados pela luta de classes ressaltando a recriação do campesinato ora pela subordinação do trabalho familiar pelo capital, ora pela resistência camponesa com o desenvolvimento da luta pela terra. Essas disputas prosseguem, pois, a história da exploração capitalista da terra nessa região ainda não terminou. Por essa razão o estudo de Silveira (1990) proporciona também reflexões para ampliar a compreensão desse processo histórico ainda presente na região, fornecendo informações e criando significações que auxiliam aproximar o quanto possível da realidade.

O estudo de Silveira (1990) demonstra as iniciativas propositivas do campesinato para encontrar na sua própria diversidade as alternativas para sua permanência, se desenvolvendo no capital, mas sem fazer parte de sua lógica acumulativa. A diversificação da produção camponesa desenvolvida na região e estudada por Silveira (1990, p. 30), se constitui numa das formas de recriação do campesinato regional, pois, “a produção camponesa nela existente se revestiu de diferentes formas desde o início da ocupação até os dias atuais”. São diferentes formas de relação com a terra desenvolvida pelos agricultores camponeses posseiros, rendeiros, pequenos proprietários e assentados.

Dessa constatação se deduz a igualdade entre os conceitos de agricultores camponeses e agricultores familiares. São sinônimos dentro desse contexto e com esta forma de interpretar a realidade, pois, como visto anteriormente, os agricultores camponeses pequenos proprietários inseridos no mercado maximizando sua produção ao máximo permaneceram camponeses, já que sua existência é resultado da recriação capitalista do campesinato.

Produzir nesta região e desta maneira interessou, e ainda interessa, ao capital por facultar a ele a sujeição da renda da terra pela apropriação da produção camponesa. Desta forma, o capital impulsiona a monopolização do território num processo de desenvolvimento desigual e contraditório como salienta Oliveira:

Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

E Fernandes:

Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo (FERNANDES, 2001, p. 30-31).

Para Shanin (1980, p. 56) “a diferenciação exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa [...]”. Pelo processo de diferenciação “os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho” (p.58). Vão se multiplicando, se reproduzindo e se recriando de maneiras tão diversas, que quase é necessário uma análise específica em cada espaço, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o camponês encontra para permanecer no campo lutando para ter o controle político do território e com isso consolidar relações sociais.

Fabrini (2003) insiste que é por meio da luta, e não necessariamente pela produção de mercadorias, que os camponeses assentados garantem a sua existência. Ele explica que:

a luta do camponês é uma luta para continuar existindo, o que vai à contramão de um ordenamento social com base na acumulação desigual do capital. Uma idéia é a de que o capitalismo “permite” a existência do campesinato no processo de desenvolvimento desigual. E a outra, é a de que ele não permite, mas os camponeses pela sua luta vão criando o seu lugar e existência (FABRINI, 2003, p. 208).

Os estudos de Silveira (1990); Fernandes (2001), Oliveira (1991), Shanin (1980) e Fabrini (2003) demonstram que a recriação do campesinato se constitui das mais diversas formas. A recriação pode se dar pela diversificação da produção camponesa, pelo processo de diferenciação através das relações mercantis e pela territorialização camponesa com a luta pela terra. Todavia, outros estudos defendem a recriação do campesinato via processo de recampesinização que se dá na busca de autonomia, através da produção agroecológica sustentável onde as sementes e as nascentes de água potável e demais recursos são recuperados.

Paulino (1997) desenvolveu seu estudo no município de Presidente Prudente visando desvendar a realidade agrária analisando os desdobramentos da apropriação

capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar no período de 1940 a 1996. Verificou que as estratégias da luta contra a exclusão do acesso a terra e a da manutenção da propriedade, no contexto daquele município, é o que acontece no território em que há a concentração fundiária característica do capitalismo rentista. Os camponeses proprietários de pequenas áreas, não só conservam os meios de produção, mas um modo de vida peculiar, baseado no trabalho familiar. Encontram-se plenamente integrados ao mercado como produtores que, a despeito de não sujeitarem-se ao capital, vêem a renda, resultado de seu trabalho, ser apropriada pelos capitalistas. O estudo de Paulino (1997) acompanha as diversas formas capitalistas de exploração, procurando relativizar as diferenças entre elas, ao demonstrar que, o critério que define explorações capitalistas das explorações camponesas, não se dá pelas dimensões territoriais e sim pelas as relações sociais internas.

No primeiro capítulo, examina as teorias de Lênin (1980), Shanin (1980); Kautsky (1980); Chayanov (1974); Caio Prado (1981) e Martins (1981, 1993) por entender que suas contribuições estabelecem um “amplo debate sobre quais os caminhos e qual o papel do campesinato nos processos de luta que se visava engendrar para a superação do modo de produção capitalista” (PAULINO, 1997, p. 15). Esse debate é impulsionado pelas divergências teóricas que “deram origem a dois paradigmas distintos, o que versa sobre o desaparecimento do campesinato e o que vislumbra a sua recriação com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (p. 27). Ela salienta a importância da teoria de Chayanov (1974) por defender que o campesinato é “uma constituição social histórica, que atravessara diversas formações sociais, adaptando-se a cada uma delas a partir de um rearranjo interno” (p. 35) e, por isso, ele encontrará meios para a sua recriação. Cabe a ciência explicar “a relação existente entre esta persistência e a lógica do modo de produção capitalista” (p. 36). Esforços para obter essas explicações estão presentes no trabalho de Silveira (1990), de Paulino (1997) e nessa pesquisa que pretende prosseguir as leituras geográficas desenvolvidas na Região do Pontal do Paranapanema.

Para Paulino (1997) as unidades de produção familiar camponesa que persistem dentro do capitalismo são impulsionadas pelo desenvolvimento das relações não capitalistas, como, por exemplo, a utilização do trabalho familiar. Portanto, “uma unidade camponesa é aquela que caracteriza-se essencialmente pela preservação dos

meios de produção e, [...] diferencia-se de uma unidade capitalista ao não apresentar como diretriz a extração da renda e do lucro”(PAULINO, 1997, p. 51). Assim, os trabalhadores dessas unidades serão denominados de agricultores camponeses e ou familiares por não se estabelecer entre eles qualquer distinção. Mesmo aqueles que estiverem integrados no mercado, racionalizando ao máximo sua produção e continuar lutando pela preservação da liberdade, não perde sua condição camponesa, pois, “a subordinação a qual estão submetido não é direta, restringindo-se a apropriação da renda gerada a partir do seu trabalho, no momento em que seus produtos são comercializados [...]”(p.51-51). Ao mesmo tempo em que se recusam à proletarização vão se recriando como agricultores camponeses, como produtores livres e autônomos.

No segundo capítulo Paulino (1997) estudou a estrutura fundiária e a questão agrária no Brasil para compreender “os mecanismos particulares de apropriação de terra” (p. 54) e, para isso, utilizou as contribuições de Prado Jr (1981); Martins (1979, 1981, 1994); Oliveira (1992) e Sallum Jr (1982). Ressaltou que a apropriação capitalista da terra no Brasil “significou a inserção gradativa de vasta porção da América no circuito mundializado da mercadoria” (p. 55). O início dessa inserção se deu com a exploração da cana de açúcar por ela adaptar-se plenamente às condições físicas e climáticas em terras brasileiras. A produção canavieira foi desenvolvida por mão de obra escrava indígena e, posteriormente, pela africana.

A inserção prosseguiu com a substituição da cana de açúcar pelo café sendo esse introduzido no Brasil em 1720. Seu desenvolvimento e expansão se deram rapidamente “a ponto de tornar-se o principal produto comercial em 1830, momento em que o Brasil tornava-se o primeiro produtor mundial da rubiácea” (PAULINO, 1997, p. 61). Esse modelo essencialmente agro exportador continuou acumulando capitais com o desenvolvimento rural pela pecuária e o desenvolvimento urbano pela intensificação do processo de industrialização a partir de 1930. A partir de março de 1964, “o governo militar consolidou o projeto concentracionista em prol da elite industrial e agrária” (p. 80). Esse modelo de desenvolvimento que concentra terra, renda e oportunidades “edifica as cercas com as quais o campesinato historicamente vem se defrontando. No entanto elas são suficientemente flexíveis a ponto de abrir passagens e possibilitar a reprodução do trabalho familiar no Brasil [...]” (p.88).

No terceiro capítulo Paulino (1997) analisou o município de Presidente Prudente numa perspectiva histórica consultando os estudos de Cobra (1923); Leite (1972); Monbeig (1984); Abreu (1972) e Almeida (1996). O município localizado em uma região originariamente recoberta por matas, rica em fauna surgiu “entre duas grandes glebas: a Montalvão e a Pirapó-Santo Anastácio” (p.101) “Ocupando uma área de 20.000 km², ou seja, 8% do Estado de São Paulo, vindo a sofrer sucessivas divisões [...]” até chegar aos atuais 554 km²” (p. 104). Constatou, todavia, que o desenvolvimento da cultura do café “constituiu-se na principal atividade econômica nos primeiros anos que seguiram-se à emancipação” (p. 106), na pequena propriedade “assentada no trabalho familiar e desenvolvida ao lado de culturas de subsistência, não caracterizando, portanto, uma atividade de monocultura” (p. 106).

O ciclo algodoeiro sucedeu o café movido pelo desenvolvimento da indústria têxtil a partir da política de substituição de importações, trazendo para o município “algumas indústrias importantes, ligadas ao seu processamento industrial” (PAULINO, 1997, p. 108). A decadência dos cultivos comerciais como o algodão e o amendoim liberou as terras para o avanço da pecuária de corte “cuja ascensão já se desenhava na década de 40 e só veio a expandir-se, de modo a estender-se sobre a maior parte das terras agricultáveis do município” (p. 109). São essas as especificidades analisadas sobre a instalação do município de Presidente Prudente, cuja dinâmica agrária será considerada no próximo capítulo.

No quarto capítulo Paulino (1997) investigou a dinâmica agrária em Presidente Prudente visando compreender a evolução da estrutura fundiária municipal, notando nessa evolução como se deu a utilização das terras, o uso de tecnologia e a expansão da pecuária. Constatou que “a concentração de terra em Presidente Prudente é muito maior do que faz supor os dados censitários” (p. 121) e que “os pequenos agricultores foram sistematicamente penalizados, resultando na expansão pecuária extensiva” (p. 113). De 1960 a 1996 há uma diminuição do número de estabelecimentos rurais com área de até 10 hectares desaparecendo “1.122 estabelecimentos, o que corresponde a uma participação, em 1996, de apenas 19% com relação a 1960” (p. 117). Esse processo concentrador de terras “afetou seriamente os pequenos cultivadores, pois quanto maior a área dos estabelecimentos, maior foi a perda na participação do patrimônio fundiário do município” (p. 118).

O perfil da produção no período de 1940 a 1996 permitiu algumas inferências tais como: “a produção do algodão suplantou a do café em mais de 33%” (p. 125); a produção do amendoim impulsionada nas décadas de 1950 até 1970 foi suplantada pela soja, “que praticamente passou a monopolizar o mercado brasileiro de óleo comestível, anteriormente ocupado pelo amendoim e algodão, respectivamente” (p. 126). Em relação ao arroz, feijão e milho são culturas que se mantiveram, pois “constituem-se em culturas de subsistência obrigatórias, com destinação dos excedentes ao comércio” (PAULINO, 1997, p. 127).

A preocupação de Paulino (1997) no quinto e último capítulo visava ampliar a compreensão da realidade agrária através das análises do conjunto de informações e dados obtidos *in loco* “cuja riqueza maior consiste na apreensão concreta destes, e na conseqüente reflexão que, alicerçado no arcabouço teórico, dimensiona sobremaneira o significado dos números” (p. 147). Com o delineamento teórico explana que o modo capitalista de produção é regido pela acumulação ampliada de capital e se desenvolve desigual e contraditoriamente consubstanciando-se em “dois modos distintos de exploração econômica da terra: a exploração capitalista e a exploração não tipicamente capitalista” (p. 148).

A exploração capitalista visa a apropriação da renda da terra como “um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários” (p. 149). Quando os capitalistas “dominarem todas as etapas do processo produtivo, auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, [...]” (p. 150). A exploração não tipicamente capitalista da terra, desenvolvida pelos agricultores camponeses e ou familiares, visa a sobrevivência deles na terra e a preservação da possibilidade de autonomia. Por isso sua luta para não perder o controle dos meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho. “Formalmente, estão rompidos os laços de dominação, sendo que a sua exploração está oculta por relações comerciais que comparecem como abstratas, pois não é o trabalho que é transferido a outrem, e sim o resultado deste” (p.151). Todavia, compreendemos que o camponês está no capitalismo e coexiste com ele, mas não é um elemento que compõe a sua essência na mesma proporção que a extração da mais valia, a defesa da propriedade privada e a produção ininterrupta da mercadoria.

O trabalho de Paulino (1997) configura num esforço para compreender os desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar no município de Presidente Prudente desvendando a realidade agrária em que a concentração de terras impediu a participação dos agricultores camponeses e ou familiares no patrimônio fundiário municipal. Mesmo assim, seus meios de produção permaneceram em seus domínios como possibilidades de autonomia, resistindo ao processo de expropriação e conseqüente proletarização, consolidando num “modo de produção extremamente dinâmico, sendo freqüentemente sacudido pelas injunções desta dinamicidade” (PAULINO, 1997, p. 151). Só assim “conseguem manter-se incluídos neste sistema, enquanto produtores autônomos, sob diferentes estratos de vinculação ao mercado, [...]” (p. 18).

Compreendemos ser de grande importância prosseguir as análises de Paulino (1997) ampliando a compreensão das articulações dos agricultores camponeses e ou familiares frente à atual monopolização capitalista do território. Nesse processo histórico levar adiante o estudo das estratégias do campesinato frente aos obstáculos que os excluem do sistema capitalista. Eis algumas das principais estratégias desenvolvidas pelo campesinato tendo a dinamicidade suficiente para se manter incluído no sistema capitalista sem se submeter ao seu julgo: a) a defesa dos meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho; b) o desenvolvimento do tipo camponês de agricultura e c) a produção de alimentos para o autoconsumo e o excedente para o mercado. É assim que os agricultores camponeses e ou familiares vão encontrando formas de se inserirem na sociedade e na história, pois, eram camponeses e continuam sendo. Assumindo inúmeras formas de interagir com a biosfera, construindo historicamente o sistema camponês de produzir (Ploeg, 2008 e Mazoyer & Roudart, 1998) harmonicamente, pois, neste sistema a agricultura é: o “território da heterogeneidade: variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens que se expressa na diversidade produtiva e sustenta a pluralidade societária e variedade cultural” (BARTRA, 2007, p. 86).

Nesse sentido, autores como Ploeg (2008); Fernandes (2007) e Palau (2007) entendem a existência de dois campos e de duas agriculturas: o modo camponês de fazer agricultura é desenvolvido pela multifuncionalidade e o modo empresarial de fazer agricultura é desenvolvido através da especialização. Todavia, esse modo está “muito

longe de ter conquistado o mundo; as outras formas de agricultura permanecem predominantes e continuam a ocupar a maioria da população ativa dos países em vias de desenvolvimento” (MOZAYER e ROUDART, 1998, p. 12). Enquanto o modo empresarial de fazer agricultura se desenvolve para atender em dimensões e escalas globais da produção de mercadoria até atingir “os sistemas motorizados, mecanizados, fertilizados com a ajuda de adubos minerais e especializados de hoje” (MAZOYER e ROUDART, 1998, p.15), o modo camponês de fazer agricultura cria alternativas visando restabelecer a diversidade virtuosa, combatendo a monocultura feticida com a sua polifuncionalidade como explica Bartra (2007):

Los campesinos son indispensables no tanto por que producen alimentos baratos, sino porque reproducen la diversidad social y natural, que es un valor de uso y no valor de cambio. Los pequeños productores agrícolas – hoy se ve – son polifuncionales. Esto significa que su eficiencia y competitividad no deben valorarse solo con base en lo que lanzan expresamente al mercado, sino también en bienes y servicios poco visibles en una óptica estrechamente mercantil (BARTRA, 2007, p. 96).

O consorciamento (Woortmann, 2004, p.133-143) como forma produtiva de recuperação de sementes, das nascentes, das fontes de água doce, numa relação harmoniosa com o meio ambiente usado pelo modo camponês de fazer agricultura antepõe o bem estar à ganância, o político ao econômico. Aprende e ensina com as plantas quentes e frias, fracas e fortes, gordas e magras e que “à primeira vista pode parecer uma desordem – legumes junto com flores – é uma forma de evitar a compra de inseticidas” (p. 139). Assim os agricultores camponeses e ou familiares criam formas de se integrarem ao mercado sem permitir que o subornem como explica Marques: “o modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista” (MARQUES, 2004, p. 152). Vivem entre a resistência e a submissão como esclarece Bonhoeffer (1980): “a divisa entre a resistência e a submissão, em principio, não pode ser determinada; ambas devem existir e ambas devem ser agarradas com firmeza” (BONHOEFFER, 1980, p. 111).

Dois estudos sobre o Pontal do Paranapanema na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário: Armando Pereira Antônio e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

Antonio (1990) desenvolve análise sobre a gênese de quatro assentamentos rurais tutelados pelo Estado – Rebojo, Lagoa São Paulo, XV de Novembro e Rosana –

constituídos no período de 1960 a 1990, na Alta Sorocabana, através dos movimentos sociais de tendências reformistas. Os quatro projetos de assentamentos não transformaram a estrutura fundiária regional, apenas proporcionaram ao Estado “condições para corrigir os defeitos dessa estrutura” (p.1) concentradora de terras. Demonstra assim que “as soluções para os camponeses não estão no campo, nem na cidade, elas estão em outra órbita; elas seguem a dinâmica das leis capitalistas (p. 40). Portanto o problema é conjuntural, pois o capitalismo é um sistema completo e sem defeito a ponto de criar a” ilusão de Smith/Ricardo de estar diante de uma máquina perfeita, capaz de produzir a solução para seus próprios problemas” (MALAGODI, 2004, p. 15). Portanto, ao campesinato resta a adequação e seguimento.

Antonio (1990) elegeu as seguintes categorias de análise: a intervenção do Estado, o desenvolvimento rural, uso e manejo do solo, reprodução da pequena produção, associação, comercialização e subordinação da produção camponesa como condição para melhor compreender a questão agrária e a organização do espaço rural desses projetos de assentamentos. Dos 24 municípios que compõe a região denominada Alta Sorocabana os municípios de Estrela do Norte, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio foram selecionados, pois neles estão inseridos os quatro assentamentos.

No primeiro capítulo Antonio (1990) utilizou as contribuições de Meirelles (1984); Silva (1987); Oliveira (1986, 1987, 1988); Monbeig (1984); Cobra (1923); Perani (1989) e Grzybowski (1987) para analisar as formas de ocupação das terras na Alta Sorocabana e as atuações do movimento social rural. Verificou que na Alta Sorocabana estão as principais características do desenvolvimento rural e da ocupação da terra no Brasil tais como: a irregularidade da posse; o latifúndio; a devastação das matas; conflitos, assassinatos e a insignificante oportunidade de acesso a terra para os camponeses. O papel do Estado consiste na defesa do princípio da propriedade territorial capitalista, no apoio ao capital e no combate os movimentos reivindicatórios. Sua função no contexto regional “foi de total conivência com os agentes ativos desse processo” (ANTONIO, 1990, p. 11).

O movimento social rural prossegue a luta dos posseiros nessa região com forte atuação de jagunços e grileiros de terra. “A década de 1960, portanto, marca o início de um grande movimento social no campo [...] com a desapropriação da gleba Rebojo, por interesse social [...]” (ANTONIO, 1990, p. 17). De 1950 a 1970 na Alta Sorocabana foi

caracterizado como período de grande tensão e de conflitos sobre a posse da terra. Tais mobilizações sociais também ocorriam em outras partes do Brasil como as Ligas Camponesas em Pernambuco, como o Movimento Agrário dos Sem-Terra – MASTER – no Rio Grande do Sul e a Frente Agrária no Paraná.

No segundo capítulo Antonio (1990) resgata a história das oito glebas – Rebojo, Santa Rita, Lagoa São Paulo, Ribeirão Bonito, XV de Novembro, Rosana, Água Sumida e Areia Branca. Apesar de surgirem em períodos diferentes, “no conjunto denunciam todo o processo da ocupação irregular das terras, ou seja, concentração e monopolização do território rural” (p. 38). Para essa tarefa contou com os estudos de Martins (1975, 1989); Leite (1981); Antonio (1984); Monbeig (1984) e Azedo (1988). Esses conflitos surgiram através de camponeses que, no passado, foram

Trazidos como mão-de-obra barata, para desmatar essas terras, legitimando com isso a posse dos grileiros, que mais adiante questionaram o direito de propriedade [...] o confronto armado não se efetivou devido ao início da construção dos canteiros de obras de três usinas hidrelétricas e da instalação da Destilaria de Alcool Alcídia S/A, na região (ANTONIO, 1990, p. 42).

Essa retrospectiva histórica reúne os subsídios que ajudam compreender duas questões regionais: a questão jurídica mostrando “que todas as terras do Pontal eram devolutas e públicas” (p.42) e a questão territorial mostrando a “origem e o perfil da mobilidade espacial desses camponeses. Através da história de cada gleba, pôde-se resgatar todo o processo de luta dos camponeses para conquistar a terra e nela produzir e viver” (p. 52). Todavia, há um desentendimento conceitual gerado por designações diferentes atribuídas à mesma realidade. Ora o texto denomina de gleba, ora de assentamento, ora de movimento social. A gleba se refere a terreno próprio para o cultivo. O assentamento se refere ao ato ou efeito de se realizar a fixação do camponês na terra. E o movimento social se refere a um grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses com possíveis enfrentamentos e conflitos com o objetivo de transformar a realidade. Trata-se da luta de classes, pois “os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação” (GOHN, 1997, p. 244). Assim sendo, permanece obscuro o protagonista das ações: ela pertence apenas ao Estado que implementou política pública na institucionalização do assentamento? Ou é do camponês que resiste ao processo de proletarização, expropriação e exclusão?

No terceiro e último capítulo são utilizadas as contribuições de D’Incao (1977); Martins (1986); Oliveira (1981,1986,1987); Tavares dos Santos (1978); Prado Junior (1962); Ferrante (1975); Santos (1978) e Loureiro (1981) visando analisar a organização do espaço camponês nos quatro assentamentos. Antonio (1990, p. 84) constata que no período de trinta anos a população rural reduziu mais da metade passando de 231.890 em 1960 para 105.318 em 1980 e explica que “a principal causa desse esvaziamento populacional rural está na irregular distribuição de terras, onde a pequena produção agrícola tende a diminuir para dar lugar à pecuária de corte”. Como consequência da redução dos estabelecimentos “os pequenos produtores rurais vêm se assalariando no campo e/ou migrando para outras áreas, principalmente urbanas” (p, 85).

A crescente concentração de terras constitui o principal componente da questão agrária na agricultura da Alta Sorocabana com a forte distorção polarizada latifúndio-minifúndio e “que se manifesta desde a sua ocupação, deve ser entendida como uma exigência do capital na estratégia de expansão, apropriação do espaço e sujeição da renda da terra” (ANTONIO, 1990, p. 87). Trata-se do “processo de territorialização do capital monopolista na agricultura” como explica Oliveira (1991, 24) em que o território camponês da Alta Sorocabana deu lugar ao território capitalista através da pecuária de corte. Nesse território o boi entra e o camponês sai. Ou, em outras palavras, o boi expulsou o camponês. A territorialização do capital e a desterritorialização dos camponeses compõe o mesmo processo e ocorrem simultaneamente. A resistência camponesa com as ocupações de terras tratará de desterritorializar o capital para reterritorializar os camponeses. Essa é uma das razões dos conflitos agrários serem cercados de muita violência, criminalizações e mortes.

Antonio (1990) estudou a organização do espaço camponês em quatro assentamentos rurais na Alta Sorocabana tendo em vista duas preocupações: a primeira consistia em ampliar a discussão da questão agrária brasileira e, a segunda, compreender a atuação do movimento camponês contra a concentração e monopólio da terra. No decorrer do estudo constatou a intervenção do Estado nesse processo através da institucionalização dos quatro projetos de assentamentos como forma de amenizar os conflitos agrários, “mas também, e, sobretudo, atender os interesses do capital” (p. 15). Do mesmo modo em que sua intervenção foi conivente com os agentes ativos contribuindo largamente com a iniciativa particular, “que transformada em vendedora

de terras, aproveitou-se da situação e, em benefício próprio, apropriou-se de grandes extensões de terra” (ANTONIO, 1990, p. 11). Desta forma, o movimento social como empreendimento coletivo teve êxito ao conquistar a terra, todavia foi ineficaz, pois, “não provocou transformações; não foi revolucionário, mas sim reformista e sendo, reformista, os verdadeiros beneficiários foram o Estado e o sistema econômico” (p.1). À essa interpretação de Antonio é possível contrapor outra interpretação verificando que o movimento camponês desenvolvido na região do Pontal do Paranapanema é parte integrante de um movimento histórico no Brasil com presença constante nas disputas políticas através das lutas camponesas com ações de resistência diante da intensificação da concentração fundiária, da exploração da força de trabalho, do empobrecimento e da exclusão social.

A história dos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil demonstra que “o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos” (NEVES e SILVA, 2008, p. 9). A luta é acompanhada, na maioria dos casos, por várias formas de violência como “prisões, perseguições, demissões, desemprego e, até mesmo, tortura nas prisões da ditadura militar” (Silva, 2008, p. 207), gerando o silêncio e o medo forçando o pesquisador a recorrer a história oral como “caminho necessário para a reconstrução dos acontecimentos [...]” (p. 208).

Uma das estratégias do movimento camponês se constitui no questionamento da aliança entre os donos do poder e os latifundiários conjugados num pacto político tácito indispensável para a conjunção entre o capital e a propriedade da terra, como explica Oliveira (1991, p. 142-159) mostrando que “o Estado e o capital privado sempre deram as mãos”. Antonio (1990, p.39) verificou essa estratégia do movimento camponês ao descrever a ação empreendida por cento e oitenta famílias que resistiram a reintegração de posse impetrada por um latifundiário. As famílias “procuravam provar que as escrituras eram falsas, griladas, e que elas também tinham o direito de ocupar essas terras devolutas”.

Compreender essa aliança tornou-se imprescindível para entender o desenvolvimento das lutas camponesas e suas estratégias de sobrevivência. Com essa chave de leitura, Bastos (1984) explica a gênese, a evolução e a sucumbência das Ligas

Camponesas (MARTINS, 1999, p. 50-81). Segundo ela a posse da terra consiste na principal condição para que o camponês negue ao mercado a venda de sua força de trabalho. Portanto ocupar a terra é outra estratégia do movimento camponês ao afrontar um dos baluartes “sagrados” do modo de produção capitalista – a propriedade privada. Ocupar a terra é a tentativa de resgate da condição camponês autônomo frente à expropriação completa dos meios de produção no seio do latifúndio. Essa estratégia do movimento camponês sempre foi rechaçada com muita violência como descrito na Geografia das Lutas no Campo (Oliveira, 2002).

A terra é um bem da natureza e não produto do capital e, por isso, tem que estar a serviço de toda a sociedade. Por isso ocupar a terra é essência do movimento camponês (FERNANDES, 2000, p. 113-121) ao apontar, a partir das trajetórias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – os avanços na luta pela terra advindos da ocupação: a) cria o sentido de unidade e o sentido de pertencimento; b) desmascara a lei; c) efetua pressão social d) faz avançar a reforma agrária; e) estabelece a correlação de forças e) exige que o Estado e a sociedade se manifestem diante da estrutura fundiária concentrada.

Hespanhol (2000) estuda as perspectivas de análise da produção familiar e sua inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Analisou as unidades produtivas de até 100 hectares no conjunto da estrutura produtiva regional de 1950 a 1995. Defende a tese segundo a qual as categorias de análise até o final dos anos 1980 utilizadas para caracterizar as unidade produção familiar “como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar” (HESPANHOL 2000, p. 2). No resumo da tese Hespanhol (2000, p. xxii) afirma que as unidades produtivas familiares desenvolveram várias estratégias de reprodução social que as fizeram importantes na produção agropecuária e na absorção da maior parcela da força de trabalho no meio rural. Todavia, essas estratégias não foram contempladas nos objetivos e nem nos procedimentos do levantamento empírico (p.209-214) e, por essa razão, não foram analisados nem as estratégias nem os resultados que elas proporcionaram. Por isso não se sabe a que se referem essas referencias feitas no resumo da tese.

No primeiro capítulo Hespanhol (2000) com as contribuições de Lambert (1959); Bastide (1959); Castro (1969); Guimarães (1983); Prado Júnior (1966); Gnaccarini & Moura (1983); Delfim Netto (1973); Paiva (1968, 1976); Linhares & Silva (1981); Fukui (1975); Cândido (1964) e Queiroz (1967) analisa a questão agrária brasileira nas décadas de 1950 e 1960 por três linhas de interpretação. Para a primeira delas a agricultura era considerada como entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil. Numa visão dualista da realidade a agricultura arcaica do latifúndio, da parceria e do colonato – essas duas consideradas como “formas secundárias de produção” (Hespanhol, 2000, p. 17) - obstruía o avanço do progresso no campo contrapunha-se a concepção de modernidade representada pela indústria e pela cidade.

Para a segunda linha de interpretação a agricultura longe de ser resquício feudal prestou importante serviço para o processo de desenvolvimento ao atender as exigências da industrialização. Assim, por responder satisfatoriamente aos estímulos externos com aumento da produtividade do setor agrícola, com a liberação de mão-de-obra e pela elevação do nível de renda da população rural. Na terceira linha de interpretação com postulados antropológicos, sociológicos e geográficos as situações regionais foram enfocadas através de análises mais descritivas do que analíticas.

No segundo capítulo Hespanhol (2000) utilizou as contribuições de Gonçalves Neto (1997); Romero (1998); Abramovay (1994); Oliveira (1972); Martins (1973, 1975, 1979, 1980a); Loureiro (1977); Silva (1978, 1980); Velho (1976); Lopes (1977) e Tavares dos Santos (1978) para analisar a modernização da agricultura na década de 1970 e a pequena produção. Ressalta que as análises dualistas e funcionalistas perderam importância como formas interpretativas da questão agrária brasileira. Era necessário explicar como se estabeleceu a articulação da agricultura com o setor industrial e com isso, ampliar a compreensão do complexo agroindustrial com as seguintes características: a) a ação do Estado com políticas creditícias; b) alta seletividade concentrando-se na região Centro-Sul do país em virtude da maior intensidade do processo de modernização e c) o atrelamento da agricultura aos demais setores da economia especialmente com o industrial e com o financeiro. Na década de 1970 a agricultura foi profundamente alterada em sua base produtiva por causa da tecnologia mecanizada, do uso dos defensivos e adubos químicos. Essa alteração ficou conhecida como “modernização conservadora”. Diante dessas alterações “o conceito de pequena produção ganhou um espaço

relativamente grande tanto nos meios acadêmicos como governamentais” (Hespanhol, 2000, p. 31). A pequena produção como forma de produção não-capitalista ou não especificamente capitalista deve-se, segundo Martins (1979), Silva (1980) e Oliveira (1972) entre outros, à reprodução do capital em relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias ao movimento do capital. Hespanhol (2000, p. 34) entende que “a pequena produção no país era apreendida como um elemento não-capitalista ou não especificamente capitalista, em virtude da fragilidade com que a expansão do capital havia penetrado na agricultura brasileira”. Todavia, a fragilidade com que o capital havia se expandido na agricultura brasileira não foi demonstrada e essa afirmação serviu apenas para registrar um desencontro de concepções.

O terceiro capítulo estuda a produção familiar na década de 1980 com avaliação e novas perspectivas de análise. Para essa tarefa Hespanhol (2000) reúne as contribuições de Sandroni (1980); Dal-Rosso(1980) Souza (1980);Kageyama (1985); Silva (1980, 1987); Antuniassi (1987); Kageyama & Bergamasco (1989/90); Coradini (1982); Wanderley (1985). Procura analisar os impactos da modernização da agricultura brasileira e suas conseqüências para a sociedade brasileira. A partir da década de 1980 passou-se a utilizar o conceito de pequena produção familiar cujo atributo “*familiar* procurava ressaltar as especificidades do processo de trabalho e de organização interna dessas unidades produtivas, em contraposição às empresas capitalistas, estruturadas com base no trabalho assalariado” (HESPANHOL, 2000, p. 60).

O complexo agroindustrial estende seu domínio contanto com o agenciamento do Estado garantindo a infra-estrutura necessária para se expandir cada vez mais. Nesse processo de expansão atrela a pequena produção familiar que, satisfazendo os pré-requisitos estabelecidos pela indústria e se integrar, perde o controle do processo produtivo, “ao mesmo tempo em que tem o ritmo de seu trabalho determinado pelas necessidades da indústria integradora” (HESPANHOL, 2000, p.72).

As unidades produtivas atreladas com capacidade de capitalização, de acesso ao crédito, de absorção tecnológica, de inserção no mercado vão se diferenciando cada vez mais do outros tipos de produção familiar “tornando difícil sua identificação apenas como produtores de pequenos volumes (em termos de quantidade ou de valores) ou de gêneros para subsistência” (HESPANHOL, 2000, p. 76). A constituição dessas unidades

produtivas receberá na década de 1990 a denominação de agricultura familiar e será um dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira.

No capítulo quarto Hespanhol (2000) estuda a década de 1990 e a emergência da agricultura familiar como categoria de análise e para isso utilizou as contribuições teóricas de Sandroni (1980); Dal-Rosso (1980) Souza (1980); Kageyama (1985); Graziano Silva (1980, 1987); Antuniassi (1987); Kageyama & Bergamasco (1989/90); Coradini (1982); Wanderley (1985, 1996); Lamarche (1993); Veiga (1991) e Abramovay (1992). As contribuições para a construção dessa categoria de análise emergiram de duas fontes: originaram através das pesquisas em âmbito internacional como a de Lamarche (1993) nas quais enfatizam a importância dessas unidades produtivas como sustentáculo do desenvolvimento econômico e das pesquisas de cunho regional nas quais ressaltam a diversidade de formas apresentadas pelas produções familiares.

O conceito agricultura familiar se fortaleceu em 1996 quando o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – como política pública visando selecionar as condições com as quais o agricultor familiar seria inserido no mercado e reconhecido sua cidadania. Hespanhol (2000) entende que Veiga (1991) e Abramovay (1992) constituem duas obras importantes para explicar como se deu e o porquê da ruptura entre o campesinato e a agricultura familiar. Para Veiga (1991, p. 192) os camponeses diferem dos agricultores familiares por se retirarem do mercado “sem por isso deixarem de ser camponeses”. Para Abramovay (1992, p.126) essa distinção ocorre quando os camponeses integram-se plenamente nas estruturas nacionais de mercado transformando sua base técnica e seu círculo social, eles “metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais.”

No sexto capítulo Hespanhol (2000) analisa a inserção da agricultura familiar na estrutura produtiva agropecuária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente consultando a contribuição de Silveira (1990) e dividindo suas considerações em seis partes, a saber: a) estrutura fundiária; b) condições de acesso a terra; c) utilização das terras; d) evolução das lavouras e da produção animal; e) limites à utilização de crédito rural e à incorporação tecnológica; f) composição da força de trabalho.

Hespanhol (2000) constata que na região desde a década de 1950 duas modalidades de exploração agrícola ocupam o território com lógicas completamente

distintas: em grandes propriedades rurais a pecuária de corte está presente desde a década de 1950 e a expansão da cana de açúcar a partir do final dos anos 1970. Paralelamente ocupando área de até 100 hectares estão as unidades produtivas familiares explorando alimentos e matéria-prima industrial. Portanto, o território do latifúndio para produzir em grande escala a carne e o álcool ocupa o território camponês que produz em pequena escala gêneros de primeira necessidade e alguma matéria prima o que assim constatou Hespanhol (2000, p. 136) “os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, apresentaram redução de 47,2% no seu número e de 24,8% na área ocupada”.

A estrutura fundiária profundamente desigual e altamente concentrada reproduz na região as características da estrutura fundiária brasileira. Todavia, o que chama a atenção é que essa região historicamente suporta um problema jurídico crônico agravando ainda mais a situação das unidades produtivas familiares. As terras devolutas do Pontal proporcionaram a concentração territorial através dos processos de grilagem de terras demonstrados por autores como Leite (1972); Fernandes (1996) e Feliciano (2006), entre outros. Portanto na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente o modelo de desenvolvimento rural, a exemplo do que ocorre no Brasil, privilegia as grandes propriedades rurais com volumosos recursos financeiros fortalecendo sua expansão. Essa expansão nessa região foi devida às terras devolutas que, com a subserviência do Estado, vem gozando de sua proteção, atendendo sua política agrícola geradora de divisas para equilibrar a balança de pagamentos. Por conseguinte, as unidades produtivas familiares descapitalizadas enfrentaram (e continuam enfrentando) grande diversidade de problemas exigindo delas estratégias de sobrevivência e criação de alternativas com as quais permanecerem na terra produzindo e se reproduzindo.

No oitavo e último capítulo Hespanhol (2000) estudou as características da agricultura familiar nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Presidente Bernardes e Emilianópolis a partir de informações obtidas em entrevistas com produtores familiares. Para essa tarefa dividiu suas considerações em: 1) perfil do responsável e membros da família; 2) trajetória de vida dos responsáveis e condições de acesso à terra; 3) composição da força de trabalho e rendimentos acessórios; 4) exploração de terras produtivas; 5) utilização de insumos, máquinas e implementos agrícolas; 6) formas de financiamentos da atividade agropecuária; 7) comercialização e transporte da produção agropecuária; 8) organização dos produtores familiares; 9)

condições sócio-econômicas dos produtores e das unidades produtivas; 10) avaliação da política agrícola e perspectivas para o futuro.

Ressaltam as especificidades da produção familiar tanto da organização interna com os elementos básicos como a terra, a força de trabalho e equipamentos, quanto das relações externas como o grau de inserção no mercado, a utilização de crédito rural e as formas de comercialização do excedente. A combinação dos elementos internos possibilita compreender a origem da diversidade desse tipo de produção agropecuária e as estratégias de permanência e de sua reprodução. No que tange ao crédito rural via PRONAF,

a maioria desses produtores afirmou que o valor concedido para o custeio agrícola (R\$ 5.000,00 por produtor) é insuficiente frente aos custos de produção, além do que, as próprias agências bancárias não têm interesse nesse tipo de financiamento, colocando vários entraves burocráticos para a obtenção dos recursos (HESPANHOL, 2000, p. 307-308).

O agricultor familiar é idealizado como sujeito de direitos e como protagonista do desenvolvimento rural. O PRONAF como política pública foi implementado visando aumentar a capacidade produtiva, como informa Hespanhol (2000, p. 97), a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1996, p. 26):

Neste sentido houve, a partir de meados dos anos 1990, a implementação de políticas destinadas ao fortalecimento e à dinamização dessas unidades produtivas familiares, ganhando destaque na esfera governamental, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. (HESPANHOL, 2000, p. 321)

Hespanhol (2000) analisou as unidades produtivas familiares de até 100 hectares no conjunto da estrutura produtiva na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP no período de 1950 a 1995. Fez emergir as discussões sobre a questão agrária brasileira nas décadas de 1950 a 1990 destacando aspectos importantes da modernização da agricultura e os impactos dela na pequena produção. Investigou as características da produção familiar tentando encontrar as novas perspectivas de análise que pudessem contribuir com a compreensão desse tipo de exploração agropecuária.

Estudou a inserção da agricultura familiar na estrutura produtiva regional selecionando quatro municípios para poder analisar suas características. Com todas as informações obtidas compreendemos ser importante continuar as investigações sobre o

avanço do capitalismo na agricultura e ampliar o quanto possível as discussões teóricas sobre o campesinato recorrendo ao debate paradigmático.

Com o debate paradigmático emergem as opções teóricas dos pesquisadores, suas opções políticas, suas concepções filosóficas e seus referenciais metodológicos. E, por causa disso, suas interpretações e as construções dos seus significados se diferenciam, não havendo nenhuma possibilidade em harmonizá-los. A opção é inerente ao processo, pois os pesquisadores vinculados em cada paradigma foram para o campo como que equipados com as lentes e os filtros através dos quais registraram suas observações fazendo emergir significações peculiares, algumas antagônicas, do mesmo fenômeno analisado. Enumeraram alternativas características as quais lhes garantem segurança quando afirmam ou negam aquilo que viram no campo. Fizeram escolhas epistemológicas conscientes ou não, das conseqüências sociais e políticas advindas delas. O caminho da concordância foi retirado desse mapa, em seu lugar foram construídos dois caminhos um pelo paradigma da questão agrária, outro pelo do capitalismo agrário.

Considerações finais

O estudo da questão agrária no Pontal do Paranapanema por meio do debate paradigmático demonstra a atualidade e a complexidade da temática ao possibilitar leituras com significados advindos de problemas estruturais e conjunturais. Apontar perspectivas tão distintas diante do mesmo fenômeno quer seja no Pontal ou em qualquer outra parte do mundo é, no mínimo, ter indícios de que, uma análise construída com base em uma determinada teoria científica está sendo rejeitada, em favor de outra análise, incompatível com aquela, por que construída com outra teoria científica. É importante compreender como acontece a disputa, a rejeição e/ou negação de uma teoria por outra.

O debate paradigmático é imprescindível diante da complexidade da questão agrária em que são entrelaçados elementos novos e antigos, dentre os quais, estão os diferentes fins e recriações do campesinato. Ampliam as compreensões quando as análises são construídas no contexto da luta de classes e da internacionalização das lutas camponesas, e/ou, no contexto da reprodução do capital, em que, se destacam aspectos fundamentais: a enorme produtividade do capital e os excelentes resultados econômicos de um lado, a exclusão, expropriação e exploração do campesinato de outro.

Referências Bibliográficas

ANTONIO, Armando Pereira. **O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Prudente**. 1984. 280 folhas Dissertação (Mestrado em Geografia) IGCE – Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro.

_____. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990**. 1990. 177 folhas Tese (Doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARTRA, Armando. Marginales, Polifônicos, Trashumantes: os camponesinos del milênio. In: **Geografia Agrária Teoria e poder**. In: FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 85-103.

BASTOS, Elide R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BONHOEFFER, Dietrich, **Resistência e Submissão**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1980.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Unioeste, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Ed. Globo, 5ª reimp., 2005.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 216 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada na Unviersidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brava Gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (uma entrevista com João Pedro Stedile). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Los dos campos de la cuestión agrária: campesinato y agronegocio**. Hacia dónde vamos: conflictividad agrária e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

HESPANHOL, R A de Medeiros. **Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente -SP**. 2000. 354 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada no Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**, 1972, 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALAGODI, Edgard. **Propriedade Fundiária e Campesinato Um estudo de Smith, Ricardo e Marx**. João Pessoa: Editora Universitária de UFPB, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MARQUES, Marta I. M. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade**, In: OLIVEIRA A. U. e MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-158.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

NEVES, Delma P. e SILVA, Maria A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo Contexto, 2002.

PALAU, Tomás et all. **Los Refugiados del modelo agroexportador**. Impactos del monocultivo de soja em las comunidades campesinas paraguayas. Asuncion, BASE Investigaciones Sociales, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Os limites das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**. 1997. 212 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada na Unviersidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, M. A. de Moraes. **Greve na Fazenda**. IN: NEVES, Delma P. e SILVA, Maria A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato. Os camponeses na região de Presidente Prudente**. 1990. 217 folhas. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH- USP

WOORTMANN E.F. **O Saber Tradicional Camponês e Inovações** In: OLIVEIRA A. U. e MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, p. 133-143, 2004.

Recebido em 22/03/2012 Aceito para publicação em 20/12/2012.
